

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE-----

----- ATA NÚMERO DEZANOVE -----
----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte reuniu, em sistema de videoconferência e de acordo com a Lei número 1-A/2020 de dezanove de março de 2020, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Pedro Manuel Dias Louro, e pela Segunda Secretária, Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Período Antes da Ordem do Dia; -----

----- Ponto 2 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior; -----

----- Ponto 3 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, no período de 16 de março de 2020 a 30 de maio de 2020, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013; ---

----- Ponto 4 – Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei nº 6/2020, na sua atual redação, que estabelece o regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença Covid-19; -----

----- Ponto 5 – Situação de pandemia da doença Covid-19 na Freguesia de Arroios (Lisboa). Prestação de informações, pelo órgão executivo ao órgão deliberativo, sobre as ações e diligências desenvolvidas pela Junta de Freguesia, entre o dia 16 de março de 2020 e o dia desta Assembleia de Freguesia; -----

----- Ponto 6 – Análise, discussão e deliberações da Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa), sobre as questões referentes à pandemia da doença Covid-19 e a ação desenvolvida nesta Freguesia pela Junta de Freguesia de Arroios (Lisboa); -----

----- Ponto 7 – Análise, discussão e deliberação sobre as ações e diligências judiciais, em curso, em trânsito e/ou já transitadas em julgado, referentes a matérias de interesse para a Freguesia de Arroios (Lisboa), nomeadamente, quanto ao cumprimento de obrigações legais e, bem assim, com reflexo no património desta autarquia: -----

----- Ponto 8 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Consulta Pública e do Projeto de Código de Conduta; -----

----- Ponto 9 – Análise, discussão e deliberação de ratificação da adenda ao Contrato de Delegação de Competências nº 5/UCT/DRJF/2019; -----

----- Ponto 10 – Análise, discussão e deliberação da constituição de júris de procedimento concursal para provimento de cargos de direção intermédia de 2º grau: -

----- Divisão Administrativa e Financeira, Divisão Espaço Público, Divisão de Intervenção Social, Divisão Espaço Público -----

----- Ponto 11 – Apreciação da informação da Junta de Freguesia sobre os donativos propostos e deliberação da Assembleia de Freguesia sobre a sua aceitação; -----

----- Ponto 12 – Análise, discussão e deliberação de ratificação dos Acordos de Execução – Componente de Apoio à Família e Atividades de Animação; -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Jorge Manuel André Rodrigues, Ana Gabriela Naré de Moraes Freire, André Filipe Calvário Roma, Gustavo Miguel Pinto Caixinha Marques dos Santos, Carla Cristina Barreto Madeira Silva e Maria Luísa Valadas Carvalho. -----

---- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Maria Lúcia Mittermayer Madureira de Almeida Saraiva Borges Leitão, José Manuel Cal Gonçalves e Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva. -----

---- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Ana Lúcia Ganço Filipe e Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira. -----

---- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. -----

---- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – António Morgado Valente. -

---- **Independente** – Vitor Carlos Teles Fernandes. -----

---- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

---- Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Luísa Carvalho; -----

---- Margarida Antónia Antunes Barata, que justificou a sua ausência e foi substituída por Joana Teixeira. -----

---- Frederico Sapage Lemos Lima Pereira, que justificou a sua ausência. -----

---- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Margarida Carmen Nazaré Martins, Secretário – Vitor Manuel da Cruz Carvalho, Tesoureiro – André de Jesus Gomes, Vogal – Maria Adélia Pinto Caixinha, Vogal – Joaquim Maria Prada, Vogal – António José Serzedelo da Silva Marques, Vogal – José Eduardo Vera de Matos. -----

---- Às vinte horas e dezasseis minutos, constatada a existência de *quorum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

---- Informou que o ponto 2 seria suprimido porque não estava pronta a ata e não foi distribuída e no ponto 10 estava duas vezes a Divisão de Espaço Público mas uma delas era a Divisão de Ambiente Urbano. Houve um pequeno lapso. -----

---- Agradeceu todo o apoio que era prestado à Assembleia e que já tinha sido visível na organização da outra sessão. Agradecia à Senhora Presidente da Junta a alteração no Membro do Executivo que fazia a ligação com a Assembleia e no apoio do secretariado, na disponibilização do apoio informático. Até ao momento estava a correr tudo muito bem. -----

---- Disse que haveria uma colaboração diferente na Assembleia, de um freguês que assistiu pelo canal youtube à Assembleia anterior, seguiu os vários debates e quis deixar um testemunho sobre a ciclovia que foi construída em Arroios. -----

---- **Freguês Luis Vieira** fez a seguinte intervenção (por vídeo): -----

---- *“Eu resido em Arroios e neste momento trabalho no Campo Grande. Assisti à sessão do dia 25 de junho da Assembleia de Freguesia e pareceu-me que tinha que tocar no assunto.* -----

---- *Em primeiro lugar gostaria de dizer que eu, os meus amigos e colegas que conheço e que usam bicicleta estamos muito satisfeitos com a ciclovia neste eixo. É muito importante para a deslocação de uma forma segura e também eficiente na cidade, visto que partiu com um declive bastante baixo.* -----

---- *Queria até dar conta de uma amiga que mudou o percurso casa-trabalho para passar por lá, por achar que é um trajeto mais seguro e mais conveniente.* -----

---- *Em segundo lugar gostaria de salientar que ciclovia não está terminada, não está conectada à restante rede da Cidade de Lisboa.* -----

---- *Para quem não se sente confortável por partilhar a faixa com os automóveis, isto é bastante dissuasor. Então, gostava de lançar o repto para que a ligação ao Areeiro fosse acelerada e enquanto isso não acontece queria sugerir que a Junta de Freguesia de Arroios recomendasse o eixo Avenida Pascoal de Melo e Rua Dona Estefânia como a ligação mais eficiente e mais segura para conectar à restante rede de ciclovias.* -----

----- O terceiro ponto que queria levantar prende-se com a utilização da ciclovia como via de circulação de urgência para ambulâncias e carros de bombeiros. À partida parece uma alternativa boa, mas os pilaretes não têm a distância necessária para que os carros dos bombeiros passem sem danificar o material. -----

----- Parece-me também que se deve estudar e não apenas opinar se existem realmente as condições de segurança necessárias para que não haja colisão entre os veículos que sobem a avenida com os ciclistas a descer a avenida. -----

----- Em quarto lugar, é evidente que a circulação automóvel tem sido condicionada em hora de ponta, em particular a partir da zona dos Anjos, naquilo que me parece porque às vezes passo lá. Parece-me importante estudar como minimizar este efeito nos transportes públicos. -----

----- Nesse sentido gostava de pedir que fosse feita uma monitorização controlada dos indicadores de mobilidade da avenida ao nível pedonal, mas também ciclável, transporte público e meios motorizados, assim como da própria qualidade do ar. Parece-me provável que isso seja da responsabilidade da Câmara de Lisboa, mas apelo ao papel da Junta de Arroios, enquanto agente interessado, para fazer pressão nesse sentido. -----

----- Termino com uma mensagem. Não nos esquecermos que ainda vivemos em tempos de pandemia e precisamos de formas seguras para todos e não apenas de alguns, para nos deslocarmos mediante as nossas maiores necessidades. -----

----- Agradeço a vossa atenção. -----

----- **Membro Maria Eugénia Silva (PSD)** disse que não tinha ouvido nada daquilo que foi dito. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** explicou que tinha sido a intervenção de um freguês a falar nas ciclovias. -----

----- **Ponto 1 – Período Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** começou por dar os parabéns e agradecer muito a ajuda que a secção de informática dava no apoio e a forma como os funcionários colaboravam na Assembleia. -----

----- A sua intervenção era relativamente simples e tentaria que fosse curta. -----

----- Na última Assembleia de Freguesia a Senhora Presidente começou o período de antes da ordem do dia por mencionar uma carta que lhe tinha sido enviada pelo Presidente da Concelhia do CDS, Diogo Moura. -----

----- A sua intervenção subsequente talvez não tivesse sido ouvida, mas pedira que lhe fosse facultada cópia dessa carta. Desde essa Assembleia tinha vindo a solicitar à Senhora Presidente da Assembleia que facultasse uma cópia da carta enviada pelo Presidente da Concelhia do CDS. Não tinha resposta e não se admirava porque era cada vez mais a imagem de marca da Senhora Presidente da Assembleia. -----

----- Se calhar por defeito profissional tinha ido às fontes e conseguira falar com o Senhor Presidente da Concelhia do CDS, Diogo Moura, tendo o mesmo explicado que a carta tinha sido pedida pouco mais de uma semana antes pela Senhora Presidente da Assembleia porque alegadamente teria sido invocado pela Senhora Presidente que tanto no seu caso como do Membro Frederico Sapage diriam representar o CDS na Assembleia de Freguesia. -----

----- Parecia-lhe ter ficado claro desde o dia 29 de abril de 2019, aquando da sua desfiliação do partido a que pertencia, o CDS, que por motivos óbvios não iria representar o CDS a partir daí. -----

----- Mantinha-se no lugar por entender que, apesar de tudo, não se deviam lograr expectativas de quem votou e tanto no seu caso como do Membro Frederico Sapage foram eleitos pelas listas do CDS. A eleição era do eleito e não dos partidos, mal ou

bem, criticável ou não mas era assim na Lei. Portanto, entendia não lograr esse voto de confiança que lhe foi dado e às pessoas eleitas nessa lista e que deveria ficar no lugar. --
----- Pertencera às listas do CDS por entender que podia dar o seu contributo válido como cidadão para a melhoria das condições em Arroios e não para pertencer a esse tipo de jogos. A Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia com esse tipo de jogos não iria lograr muito e se era isso que tinha para dar à Freguesia de Arroios, era pouquinho. -----

----- Não compreendia essa ostracização, nem esse marginalizar dos dois Membros que pertenciam às listas do CDS e passaram a Membros independentes da Assembleia de Freguesia, de pleno direito. Não entendia esse tipo de guerrilha, que a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia tomasse partido por quem tinha mais ou menos simpatia no Executivo da Junta, porque quem gostava da Junta não tinha que ser contra a Assembleia de Freguesia nem a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia tinha que ser inimiga de quem gostava da Junta. -----

----- Entendia mal esse tipo de jogos, entendia mal que a Senhora Presidente se tivesse ido munir para a última Assembleia de Freguesia com uma carta forjada para mostrar, não sabia a quem, que no seu caso e do Membro Francisco Sapage não representariam o CDS, quando isso era um facto público. Não representava o CDS desde o dia 29 de abril de 2019, o Membro Frederico Sapage Pereira com menos tempo. -----

----- Não entendia esse tipo de jogos e esse tipo de intriga política e gostaria muito que não fosse essa a imagem transmitida pelos políticos e pelas pessoas que estavam nos cargos públicos. -----

----- Bem sabia que estavam a pouco mais de um ano das próximas eleições e muito se jogava, mas era uma lástima que a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia se desse ao trabalho de criar esse tipo de factos políticos para desempenhar um cargo em que devia preocupar-se em desempenhar com rigor, com transparência, democraticamente e não fazendo pequenos jogos de partidos ou de interesses, ou até mantendo uma agenda própria, o que lhe parecia que a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia pretendia. -----

----- Lamentava que a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia se dedicasse a esse tipo de atividades. O tipo de atuação enquanto Membro eleito e nesse caso exercendo um cargo que merecia muito respeito, que não entrasse nesse tipo de jogos consigo. -----

----- Só reforçava a sua opinião que a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia para além de incompetente não era idónea, por essas circunstâncias e por esses factos, para exercer o cargo que ocupava. -----

----- Semelhante tipo de atuação já tinha sido manifestada aquando da célebre celeuma das atas que tinham desaparecido. Já aí tinha ficado a florado que a Senhora Presidente se prepararia para fazer um tipo de atuação como a que estava a fazer. -----

----- Em rigor não abonava nada a favor da Freguesia e lamentava que a Senhora Presidente da Assembleia pretendesse uma carta para provar não sabia o quê, para marginalizar não sabia quem e que não quisesse em particular contar com a presença, com o labor e o contributo dos Membros independentes que foram eleitos e que eram Membros de pleno direito. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que o Membro Vitor Teles Fernandes teria que explicar o que era uma carta forjada e a razão de dizer que tinha forjado uma carta. Limitara-se a fazer uma pergunta na sequência da reunião de representantes, quando ele deixara na dúvida se representaria ou não o CDS, apenas querendo clarificar a situação. -----

----- Era uma carta que lhe tinham escrito e, portanto, havia mais intervenientes que teriam de dar autorização para a sua divulgação.-----

----- Nem que dissesse bom dia ou boa tarde, o Membro Vitor Teles Fernandes tirava logo conclusões do que dissesse, o que era incorreto. Qualquer um estava sujeito a julgamento, mas as premissas desse julgamento eram muito deturpadas. Quando lhe diziam que não sabia qual era a sua função também podia dizer da mesma forma, o Membro Vitor Teles Fernandes não sabia nem entendia qual era a função de um Membro da Assembleia de Freguesia. Não era certamente ir para ali levantar falsos testemunhos ao falar de uma carta forjada. Isso era muito grave e inteiramente falso. ----

----- O Presidente da Concelhia do CDS tinha enviado um e-mail a dizer exatamente aquilo que tinha dito e que ficaria transcrito em ata. Só ainda não tinha enviado porque estava a aguardar o momento oportuno, até porque não era obrigada a enviar logo que o Membro Vitor Teles Fernandes queria.-----

----- Lamentava imenso esse tipo de atitudes, esse tipo de discurso e de postura, pedindo muito cuidado com as ilações que se tiravam. As coisas não deviam ser feitas com leviandade e era preciso ter muito cuidado com o que se dizia e fazia.-----

----- **Membro Jorge Rodrigues (PS)** disse que não deviam perder mais tempo com ataques que não ajudavam em nada o dia a dia dos fregueses de Arroios. Deviam conter-se nas palavras e em sede própria resolver esses conflitos.-----

----- Como Membros da Assembleia deviam pedir reuniões, com partido ou independentes, para chegar a um entendimento e colaboração. Era para isso que foram eleitos.-----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** referiu que a carta enviada pelo Presidente da Concelhia do CDS tinha sido pedida pela Senhora Presidente da Assembleia antes da reunião da Assembleia de Freguesia do dia 25 de junho. Era isso que lhe foi transmitido pelo Presidente da Concelhia, que a carta só foi enviada a pedido da Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** recordou que tinha sido audível para toda a gente o Membro Vitor Teles Fernandes dizer que a carta tinha sido forjada.-----

----- **Ponto 3 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, no período de 16 de março de 2020 a 30 de maio de 2020, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013;**-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** solicitou ao Executivo informação mais detalhada sobre a intervenção durante o período de Covid e de estado de emergência, informações que pudessem ser esclarecidas sobre a atividade da Junta e o apoio dado nesse período à população em concreto, os apoios que teria recebido em concreto e os apoios que teria prestado em concreto, tanto à população em geral como em cooperação com outras entidades.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinha uma recomendação para ler no período de antes da ordem do dia mas por motivos técnicos não tinha conseguido.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que podia então ler a recomendação. -

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

“----- *Medidas necessárias e urgentes de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas*-----

----- *A situação de pandemia que o País enfrenta obrigou a responder, em primeiro plano, ao grave problema de saúde pública. Contudo, outros problemas se colocam como a degradação da situação económica e social, designadamente a que respeita às micro, pequenas e médias empresas (MPME) que constituem 99 % do tecido empresarial português.*-----

----- Também em Lisboa as MPMEs formam a base empresarial mais relevante da vida e da dinâmica da freguesia e com uma expressão determinante em múltiplos sectores de actividade desde a restauração ao alojamento, à construção civil e limpeza, do pequeno comércio à reparação automóvel, dos cabeleireiros e barbeiros aos ginásios, dos táxis à prestação de serviços contabilísticos, entre outras. -----

----- Desde a emergência de saúde pública à escala internacional que se traduziu, designadamente, na classificação do COVID 19 como uma pandemia, foi estabelecido pelo governo um alargado conjunto de medidas de contenção que conduziram à suspensão da actividade por parte de muitas micro, pequenas e médias empresas, o que por sua vez se traduziu na quebra abrupta de entrada de receitas mantendo estas empresas, no entanto, as suas obrigações fiscais e outras. -----

----- As medidas adoptadas pelo Governo têm sido limitadas e insuficientes para os problemas com que estas empresas se defrontam e, em fase de desconfinamento progressivo, é expectável que esses problemas se acentuem e se prolonguem com resultados que poderão ser brutais no domínio do desemprego, da destruição de capacidade produtiva. A evolução negativa desta economia urbana terá também um impacto directo significativo na sustentabilidade e nas dinâmicas das comunidades locais e na manutenção dos níveis de vida social e económica da freguesia. -----

----- É, pois, necessário que se activem medidas urgentes de resposta às actuais necessidades das micro, pequenas e médias empresas, medidas simultaneamente robustas, amplas e específicas e que considerem as particulares características deste tecido empresarial do ponto de vista social, económico e organizacional. -----

----- Assim, as eleitas do PCP na Assembleia de Freguesia de Arroios propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios na sua sessão de ordinária de 25 de Junho de 2020, decida recomendar ao Governo que se adoptem medidas no sentido de: -----

----- 1. Levantar todas as restrições colocadas aos MPME no acesso a apoios e a equiparação dos seus sócios-gerentes ao regime dos trabalhadores independentes; -----

----- 2. Atribuir um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81; -----

----- 3. Suspender o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta; -----

----- 4. Conceder empréstimos a taxa de juro zero, com 2 anos de carência e 10 anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada; -----

----- 5. Reduzir o preço da electricidade e dos combustíveis; -----

----- 6. Apoiar o arrendamento não habitacional, reflectindo na renda paga pelo MPME a quebra de actividade que foi verificada; -----

----- 7. Criar uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso a medidas de apoio. -----

----- Arroios, 25 de Junho de 2020 -----

----- As eleitas do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. ----- ”

----- Continuando, fez uma intervenção que não ficou devidamente registada. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que a Membro Fernanda Lacerda não teria ouvido mas tinha avisado que a ata não seria lida e aprovada porque ainda não estava pronta, assim como tinha referido um lapso no ponto 10, em que não era divisão de espaço público e sim divisão de ambiente urbano. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou à Membro Fernanda Lacerda se a recomendação estaria aberta à subscrição por outros partidos, porque se estivesse o PSD gostaria de subscrever a recomendação. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** respondeu que sim. -----
----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que não tinha ouvido muito bem a leitura da recomendação. -----
----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** referiu que não conseguia de momento enviar o documento, mas poderia enviar posteriormente. Estava-se a recomendar ao Governo determinadas medidas como levantar todas as restrições colocadas às PME's no acesso a apoios, equiparação dos sócios gerentes ao regime dos trabalhadores independentes, atribuir um apoio mensal de rendimento no mínimo de 438,81 euros, suspender o pagamento por conta em sede de IRC e devolução dos valores decorrentes do extinto pagamento especial por conta, conceder empréstimos às taxas de juro zero com dois anos de carência e dez anos de amortização dos valores em dívida, reduzir o preço da eletricidade e combustíveis, apoiar o arrendamento não habitacional, criar uma rede de contacto do Estado às PME's. -----
----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que se possível o BE gostaria de subscrever. -----
----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que não tinha recebido a informação escrita. -----
----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que parecia estranho mas já pedira aos serviços para verificarem o que se passava. A Membro Fernanda Lacerda, quando tinha essas dúvidas, costumava ter a atenção de ligar e até pedir para enviar em papel. Teriam o máximo gosto de lhe fazer chegar a casa, assim como o jornal da Freguesia. -----
----- Quanto ao Membro José Cal Gonçalves, tinha feito perguntas que estavam nos pontos 4 e 5 da ordem de trabalhos, mas queria também esclarecer que no dia 20 de maio tiveram o cuidado de enviar por correio eletrónico informação para a Assembleia de Freguesia com todas as situações que estavam a fazer na base do Covid. Depois enviou-se outro no dia 25 de maio com os programas de apoio social na área do Covid e também um sobre apoio que tiveram de ração para animais. Mandou-se outro no dia 28 de maio, um comunicado à população. Outro no dia 1 de junho sobre o apoio social que se estava a fazer nessa altura. No dia 4 de junho enviou-se o e-mail recebido da ANAFRE sobre o Covid 19 e as medidas excecionais e temporárias. -----
----- Sobre o Covid 19, a nível do apoio na ação social e saúde, o programa “Não Saia de Casa” decorreu no período de 18 de março a 29 de maio com o objetivo de auxiliar diversos grupos e pessoas durante o período de emergência, 117 pessoas com mais de 60 anos, pessoas com mobilidade reduzida e doentes crónicos. -----
----- O programa “Mercado Solidário” era desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal para apoio a famílias afetadas pela pandemia através da entrega de produtos. -----
----- Sobre os kits sociais, teve início em 20 de março a entrega de refeições confeccionadas... -----
----- (Por problemas técnicos a restante intervenção ficou impercetível) -----
----- (diálogos cruzados) -----
----- **A Senhora Presidente da Junta**, continuando, disse que nos sem-abrigo fizeram um recenseamento nos dias 22 e 23 de maio com o apoio da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia. O número total de recenseados foi 220 mas os sem-abrigo de Arroios eram apenas 18, pessoas com quarto em Arroios eram 36, pessoas que residiam fora de Arroios eram 110 e pessoas que residiam fora da cidade eram 56. Era um assunto que já se tinha pedido à Câmara para ajudar a tratar. -----
----- No “Arroios Arranja” houve uma suspensão provisória do programa mas foram realizadas duas intervenções que eram urgentes, nomeadamente no arranjo de uma torneira e de uma cadeira de rodas. -----
----- O “Arroios Consigo” esteve suspenso. -----

----- No cartão “Mais Arroios” houve consultas de psicologia, isenção de pagamento de todas as taxas de serviços servidos pela Junta de Freguesia, banco alimentar, saúde oral em parceria com a clínica Santa Maria Madalena enquanto puderam estar abertos.-----

----- No “Zero Desperdício” entrega diária de segunda a sexta-feira. Normalmente entregavam duas vezes por semana e passaram a entregar diariamente.-----

----- Com o início do estado de emergência vários parceiros viram-se obrigados a fechar, tendo sido a Santa Casa da Misericórdia o maior apoio para que o projeto tivesse continuidade a todas as famílias.-----

----- Apoio de 50% do valor gasto em medicamentos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.-----

----- No segundo trimestre foram realizados 545 contactos, 133 em março, 238 em abril, 122 em maio e 52 em junho até ao dia 15, mas continuava-se a fazer a entrega dos cabazes com géneros alimentares secos e frescos, cabazes de emergência, entre outros. -

----- Na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens manteve-se um funcionário a trabalhar.-----

----- A comissão social de Freguesia esteve fechada. O “Envelhecimento Ativo” continuaria a funcionar...-----

----- (Parte da intervenção impercetível)-----

----- Continuando, disse que nesse próprio dia tiveram uma grande ação com o apoio da Câmara na Almirante Reis, número 72, em que estava insuportável a situação no Instituto de Reinserção Social. Conseguiu-se que ficasse completamente livre e até a parte grafiti foi limpa pela Câmara naquele espaço.-----

----- Continuava-se com a república dos sem-abrigo, quatro utentes com o apoio de São Jorge de Arroios. Também se continuava a trabalhar com a Associação “Crescer”.-----

----- Na educação e juventude também esteve parado. As equipas reforçaram-se com a componente de apoio à família mas as pessoas estiveram a trabalhar na Freguesia, no apoio social.-----

----- No Dia da Criança distribuíram-se 900 viseiras para as crianças até aos dez anos e com os lápis de côr podiam desenhar o que quisessem.-----

----- Distribuíram-se também dezasseis mil máscaras, sendo mais de duas mil para escolas da Freguesia.-----

----- Os programas culturais ficaram todos cancelados, desde as Olissípiadas ao festival de cinema.-----

----- A Biblioteca de São Lázaro só reabriu no dia 15 de maio.-----

----- A “Páscoa em Movimento” ficou cancelada, o “Arroios a Mexer” começaria no dia 1 de julho, o “Verão em Movimento” tinha 95 crianças inscritas, tiveram a formação de monitores, e o orçamento participativo estava suspenso.-----

----- As pessoas tinham esses dados todos mas se precisassem de mais dados podia enviar para toda a gente por e-mail. Tinham também o jornal semanal com as informações.-----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que deixava uma ideia de se calhar haver uma reunião informal. Tinham o tempo preenchido e ainda para mais a questão do afastamento social, mas se calhar convidar alguns fregueses que se mostrassem interessado em partilhar a sua experiência de ciclismo, de andar na cidade, tal como o freguês Luís Vieira.-----

----- Pediu que se repensasse o horário da casa de banho. Era provável que já o estivessem a fazer mas ficava um reforço porque as casas de banho públicas eram mesmo necessárias. Tinha assistido nesse dia a um pequeno acidente de uma criança que lá se resolveu mas havia mais gente na rua, condutores da Carris que faziam ali

paragem, os utentes dos hospitais que por vezes a meio do caminho precisavam de ir a uma casa de banho, os comerciantes. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que o espaço não estava aberto mais horas porque havia o confinamento e pedia-se às pessoas para não estarem nos lugares, mas enquanto estivesse aberto o quiosque ele também tinha casa de banho que as pessoas podiam utilizar. -----

----- No Largo de Santa Bárbara estava aberto doze horas, das sete da manhã às sete da noite, mas iria abrir mais horas porque o NAL estava para abrir brevemente e aí ficaria aberto até à meia-noite. -----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos**, explicou que o mail tinha sido enviado para todos no dia 26 às dez e quarenta e cinco e por acaso o mail da Membro Fernanda Lacerda até aparecia duas vezes na lista. Se por algum motivo alguém não tinha recebido nas melhores condições podia pedir e enviariam novamente. -----

----- **Membro Maria Lúcia Borges Leitão (PSD)** começou por felicitar o Executivo pela vontade de finalmente tomar uma iniciativa como devia ser em relação às casas de banho públicas na Freguesia de Arroios. Ficava satisfeita porque era uma luta do PSD desde o início. -----

----- Em relação às máscaras, dezasseis mil era uma quantidade consideravelmente diminuta na Freguesia e a questão que colocava era se o Executivo tinha ou não máscaras para distribuir aos fregueses de Arroios e comerciantes, qual seria a metodologia, se iria arranjar voluntários através das IPSS, como seria feito. Não podia ser através de iniciativas de rua, muito menos na véspera da Assembleia de Freguesia. Tinha que haver uma metodologia concertada para distribuição das máscaras e queria saber se existiria um plano distribuição contínua, semanal, pelos fregueses de Arroios, fossem residentes, clientes ou comerciantes. -----

----- Em relação aos apoios prestados, a Senhora Presidente tinha dito que os kits distribuídos aos requerentes de asilo incluíam alimentação, produtos de higiene e outros produtos, mas nas ações de São Jorge de Arroios gostaria de saber se também tinham direito a produtos de higiene, máscaras, etc. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** começou por agradecer os esclarecimentos prestados. Achara estranho que na informação escrita, embora tivesse um horizonte temporal de 16 de março a 30 de maio, não houvesse alguma explicação mais detalhada. -----

----- Nos pontos 4 e 5 haveria outras questões a suscitar mas ainda em relação à informação escrita gostaria de saber se nesse período e no âmbito dos apoios de emergência social, se para além do programa de emergência social da Câmara transferido para a Freguesia foram alocadas verbas reforçadas. -----

----- Também saber quanto às IPSS, às cooperativas, às associações, às pequenas e médias empresas, o que foi feito ou o que eventualmente se perspetivava fazer. -----

----- Saudou o Executivo pelo trabalho realizado e por aquilo que representa. Via com gosto que o voto de apoio à ação desenvolvida pela Junta de Freguesia na sessão anterior tinha razão de ser, pelas explicações entretanto dadas, mas precisava de mais alguns esclarecimentos no âmbito do plano de emergência social, quanto às verbas alocadas pela Freguesia a esse plano. -----

----- Gostaria de saber se ele era superior ao montante já indicado pelo plano de emergência social que foi aprovado e estava em vigor. Também saber se confirmava ter a Câmara Municipal proposto ao Executivo de Arroios o reforço do plano de emergência social da Câmara, passando o montante mínimo de mil euros para três mil, à semelhança do que se passava noutras Freguesias da cidade que já levaram essa proposta à Assembleia de Freguesia para ser aprovada. -----

----- Finalmente, saber os apoios dados às IPSS, às cooperativas, às associações e às pequenas e médias empresas.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** referiu que estava a ouvir com lapsos, por vezes ouvia muito bem e outras vezes ouvia com interferências, não ouvindo sequer metade do que era dito.-----

----- Havia algo que tinha de se retratar. O seu hábito era receber as coisas e até nesse caso pedir fotocópias da documentação, o que não tinha feito. Efetivamente tinha verificado e recebeu o documento da informação escrita no dia 26. Coincidiu com um assunto pessoal de assistência à sua mãe. Depois iria ler.-----

----- **O Primeiro Secretário da Assembleia, Pedro Louro**, disse que a Membro Maria Borges Leitão tinha referido serem dezasseis mil máscaras, mas efetivamente eram vinte e seis mil máscaras. Isso tinha sido dito pelo Executivo na última Assembleia de Freguesia, que eram vinte e seis mil e não dezasseis mil.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta**, respondendo ao Membro José Cal Gonçalves, disse que para além do valor da Câmara a Junta gastou do seu orçamento 47.300 euros. Depois poderia especificar.-----

----- Tiveram apoio em donativos no valor de 9.400 euros, desde os hotéis da Freguesia a outras entidades, como uma senhora a quem a Junta tinha ajudado e que decidira apoiar também com 400 euros. Também a empresa Gilead deu 5.000 euros para apoio à casa de apoio às pessoas do Covid 19.-----

----- A Junta de Freguesia gastou 47.300 euros, fora as verbas do FES-Covid.-----

----- Disse que não se discriminavam as pessoas por serem portuguesas, chinesas, indianas. Os portugueses tinham sempre direito aos mesmos apoios mas como eram apoiados ao longo do ano não tinham a mesma necessidade de apoio temporário, mas levavam os produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza para casa, vestuário, sapatos, toalhas de banho, lençóis. Essas pessoas recorriam ao longo do ano.-----

----- Os migrantes eram uma situação temporária e que receberam naquele ponto mas outras pessoas eram apoiadas ao longo do ano com esses materiais todos.-----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos**, começou por agradecer a forma séria com que a Membro Fernanda Lacerda se retratou, desejando em nome do Executivo as melhoras à sua mãe.-----

----- O número de máscaras era de facto vinte e seis mil e não dezasseis mil. Podia ter sido um lapso mas para que ficasse de uma vez por todas acertado esse número de vinte e seis mil.-----

----- Como tivera ocasião de dizer na semana anterior, tratou-se de uma campanha de sensibilização que o Executivo achou por bem realizar. Durante um certo período de tempo o uso de máscara não era um assunto muito consensual, mesmo por parte das autoridades de saúde. No início da pandemia a Direção Geral de Saúde não tinha de imediato aconselhado o uso de máscara pela população no dia a dia.-----

----- Entendeu-se que era justificada uma campanha de sensibilização no território da Freguesia, campanha essa que durou apenas um dia. Por acaso não tinha coincidido com a véspera de uma Assembleia, até porque isso não tinha impacto na mensagem que queriam passar.-----

----- Qualquer freguês que quisesse obter uma máscara podia deslocar-se aos diversos pólos de atendimento ou ao edifício sede, bastando dar o nome e morada. Não se exigia muito mais do que isso, nem cartão de eleitor ou coisa do género. Portanto, não via de momento motivo para os comerciantes, que assim justificassem essa necessidade, não pudessem requerer. Podiam pedir para o seu estabelecimento, desde que ficasse na Freguesia.-----

---- Como também já tinha dito na última Assembleia, qualquer pessoa que tivesse um problema de mobilidade, de locomoção, ou até de sair de sua casa, podia também contactar a Junta para levar a máscara ao seu domicílio. Seria até uma coisa interessante de pensar com o seu colega Vogal da comunicação e imagem fazer uma nova partilha no facebook, alertando para que as pessoas podiam ainda deslocar-se ao edifício sede para requerer uma máscara e as pessoas com situação de difícil mobilidade podiam também contactar por telefone para a distribuição no seu domicílio. -----

---- Foi algo que também aconteceu no passado com as famílias às quais prestavam apoio com a compra de bens alimentares e produtos de farmácia no âmbito do programa “Não Saias de Casa”. -----

---- **Membro Maria Lúcia Borges Leitão (PSD)** disse que subiam de dez em dez mil. começara por perceber seis mil, depois dezasseis mil e eram vinte e seis mil. -----

---- Se era uma Freguesia que tinha à volta 45 ou 50 mil pessoas e se uma pessoa tinha que sair do confinamento para ir buscar uma máscara por dia, lamentava mas continuava a achar que isso era só para freguês ver. -----

---- Era boa a ideia de com o marketing e imagem divulgar a disponibilidade da Junta para oferecer máscaras. Havia zonas de Lisboa onde pediam 25 cêntimos, mas a quem não trabalhava achava muito bem que oferecessem. Faziam-no através de IPSSs e de ONGs, que podiam até rentabilizar os 25 cêntimos para apoios sociais. Isso era uma questão de política da Junta. -----

---- O que continuava a dizer era que vinte e seis mil máscaras não chegavam para todos e para os dias todos. Se numa primeira fase andaram a ser enganados sobre a falsidade que a máscara conferia uma falsa sensação de segurança, já tinham muito tempo em que a máscara passou a ser obrigatória em qualquer espaço fechado e vinte e seis mil máscaras não eram nada. -----

---- Havia experiências de freguesias e concelhos em que estavam a distribuir por pessoa vinte máscaras por semana. Não usavam as vinte mas ficavam descansadas, podiam ir ao supermercado ou a qualquer lado. Uma máscara por pessoa não fazia sentido nenhum nessa fase. -----

---- Se fossem buscar máscaras porque tinham alergias era uma coisa, mas era uma questão pandémica. Vinte e seis mil máscaras não chegavam para os fregueses todos, muito menos uma por dia. -----

---- Não gostava que lhe atirassem areia para os olhos e queria perceber se havia um plano de distribuição de máscaras como devia ser para evitar os abusos que tinha havido. Por vezes os abusos eram por carência de meios. -----

---- Se dissessem que era uma máscara xpto que dava para quatro dias, então também ia buscar uma máscara, mas uma máscara que dava para sete horas não fazia sentido. -----

---- Devia haver a hipótese de cada freguês ir buscar um pacote para a semana, uma vez por semana. Fazia sentido se estavam a pedir às pessoas que fossem regradas nas suas saídas. -----

---- Isso continuava a carecer de explicação porque parecia não haver um plano. O que pedia era que explicassem se havia um plano ou se estavam a pensar na existência de um plano, como iriam adquirir as máscaras ou se já dispunham das máscaras suficientes para todos irem buscar, pelo menos sete por semana. -----

---- Em relação às máscaras continuava a ser muito exigente. Se exigiam que as pessoas cumprissem as regras, as Juntas de Freguesia tinham que facilitar esses meios para fregueses e comerciantes. Uma máscara por dia não era nada. -----

---- **Membro António Valente (PAN)** perguntou qual foi o investimento da Junta de Freguesia nas máscaras. -----

----- Percebia que as máscaras eram reutilizáveis até vinte e cinco utilizações, mas não impedia que houvesse um plano. Por aquilo que tinha percebido a vacina iria demorar muito tempo e gostaria de saber o plano para o futuro, se havia previsão de fazer novas contratações para a aquisição de máscaras, se já havia processos de concursos para essas aquisições, como foi feito no passado, qual o valor e o que pensavam para o futuro. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que por vezes pareciam estar a falar chinês. Lamentava que as pessoas antes de falarem não pedissem, que não fossem à Junta. -----

----- Ainda na semana anterior tinham falado sobre o assunto. Eram duas máscaras de pano, laváveis e que davam no mínimo para cinquenta dias. -----

----- Para as pessoas doentes, que tinham de ir ao hospital mais vezes e que não podiam entrar com essa máscara, davam-se máscaras que chegavam até através da Câmara Municipal especiais para as pessoas entrarem nos hospitais. -----

----- Cada máscara tinha ficado à volta de 76 cêntimos, porque comprou-se vinte mil e deram mais seis mil. Ainda não gastaram todas e se precisassem de gastar mais iriam comprar mais, mas ainda tinham dez mil, tinham nos pólos para entregar, ainda entregavam diariamente com as alimentações. Além disso havia máscaras que eram feitas por voluntários, foram três mil distribuídas logo ao princípio. -----

----- Havia qualquer coisa que não conseguia perceber, ou não era o que ia na informação por e-mail para a casa de cada um ou não ouviam aquilo que se estava a dizer. Estava explicado, estava em duas línguas. -----

----- Havia pessoas que não queriam receber mas tinham nos mercados, para além dos pólos. Por exemplo na área da Pena esteve a própria população a distribuir prédio a prédio. -----

----- A informação foi por e-mail para a casa de cada um e ninguém podia dizer que não receberam. Pedia imensa desculpa mas até era triste estarem a dizer certas coisas quando eram máscaras de tecido laváveis. Estava toda a gente a receber e ainda tinham dez mil, quando não houvesse mais e se fosse necessário iriam comprar mais com certeza. -----

----- Havia Juntas de Freguesia que só deram uma e outras não deram nenhuma, porque era caro e uma despesa extra. A própria Câmara Municipal resolveu comprar só para os seus funcionários. A Junta de Arroios tinha todo o prazer de dar a quem vivia e trabalhava na Freguesia. -----

----- Ao menos que lessem a informação semanal, porque também era triste perceber que as pessoas não leram. -----

----- Respondendo ao Membro José Cal Gonçalves disse que havia um plano por parte da Câmara Municipal para as cooperativas, para as associações. A Junta não iria dobrar o custo, uma vez que a Câmara Municipal tinha esses planos, e usaria esse dinheiro para outras situações mais prementes. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** recordou o caso do hostel na Morais Soares, onde foram detetados 138 casos de Covid. Gostaria de saber se o Executivo promoveu alguma atividade ou tomou alguma medida para apurar se na Freguesia teriam outras situações semelhantes de hosteis nessas circunstâncias. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que fizeram muitas ações com a Câmara Municipal, com os bombeiros, vistoriaram-se todos os hosteis. Logo que as pessoas saíam eram informados pela Câmara Municipal, pelo Vereador Carlos Castro. -----

----- Na altura saíram 136 do hostel e houve uma desinfeção. Fizeram-se muitas desinfeções à volta dos hosteis mas nos outros locais havia poucos problemas. Houve um grupo brasileiro de catorze pessoas que ficou confinado num hostel da Rua Passos Manuel número 82 e com a polícia tiveram que ser sensibilizados para ficarem em casa

catorze dias. Durante esses catorze dias deu-se toda a alimentação que precisavam e foram sempre acompanhados. -----

----- Falou-se com muita gente, com o Ministro da Administração Interna, com a Direção Geral de Saúde, com o CPR, com a Ministra do Trabalho e Segurança Social, a Misericórdia. A própria Misericórdia criou um espaço para pessoas sem-abrigo na Freguesia, onde estavam 27 pessoas num espaço para 45. -----

----- A Junta estava a acompanhar todo o processo e sabia que muitas dessas pessoas que estavam nesses espaços já viveram em Braga, em Setúbal, estavam encaminhados para outros locais como a Ericeira, Loures, Odivelas. Foram pessoas passadas algumas para a Segurança Social, outras para a Misericórdia e outras ficaram no CPR. -----

----- Lamentava que a Junta nunca tivesse sido informada da situação dessas pessoas, pelos vistos foi a Câmara. Houve uma grande luta, até para descanso da população que ficou um pouco assustada, muitas desinfecções nas zonas onde havia esses locais. O Doutor André Gomes e as equipas da higiene urbana estiveram sempre ao serviço e podia dizer que ainda nesse dia, de manhã, na Almirante Reis número 72 estava uma nojeira que até fezes tinha nas paredes. Era o sítio da reinserção social e ficou um brinquinho, em que até a parte dos grafitis foi tirada. -----

----- A equipa de apoio aos sem-abrigo esteve em reunião com a equipa de missão, com a Câmara Municipal e com a Misericórdia por causa da integração dos que estavam na Almirante Reis. Também já foram retirados os sem-abrigo que estavam junto à Altice e de momento só estava lá uma tenda. -----

----- Todas as equipas e entidades estavam a trabalhar em conjunto, mesmo com o Padre Américo, bispo auxiliar de Lisboa, com quem falava e que também tinha ajudado nessa situação. Tinham um trabalho muito profícuo nessa área. -----

----- Podia mostrar as cartas que foram feitas e sempre entregues aos gabinetes dos Ministros, além dos contactos oficiais sempre por whatsapp. -----

----- A equipa da Junta com o movimento associativo de apoio às pessoas, com sociólogos que trabalhavam no terreno e eram voluntários. Foi através deles que se chegou a muitas pessoas. Ainda nesse dia uma família passou para Setúbal, pediu-se apoio à Caritas de Setúbal para os apoiar. -----

----- Em toda a pandemia estiveram e ainda estavam vinte pessoas a trabalhar nessa área e uma coisa não iriam ver, entregar sacos de comida a ninguém, nem roupa, nem mostrar pobreza encapotada. -----

----- Também havia coisas positivas na Freguesia. Ainda nesse dia recebera o Senhor Pita, viúvo de 85 anos, que ofereceu com todo o gosto um presente fruto da sua imaginação e trabalho pessoal em agradecimento ao apoio que lhe foi prestado ao nível das refeições ao domicílio no período da crise provocada pela pandemia Covid. Já estava no seu gabinete. -----

----- Tinha ido entregar nesse dia um presente feito por ele e estava feliz porque não lhe faltou nada em casa. Como o Senhor Pita havia outras pessoas, como a senhora que recebia as refeições e decidiu dar um apoio de 400 euros. Isso era a prova de que as pessoas estavam atentas. -----

----- Queria agradecer às equipas todas, fossem da higiene urbana que não pararam um dia, fossem do escritório, da contabilidade, de qualquer área. Estiveram sete pessoas e quatro carrinhas todos os dias a distribuir alimentos, a ir buscar a Cascais, a ir buscar ao Banco de Portugal caixas de alimentos frescos feitos na hora, fora os outros que se compraram. -----

----- Os cabazes não eram só de secos, também ia comida para as pessoas poderem confeccionar em casa e com entrega diária. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Medidas necessárias e urgentes de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas”**, apresentada pelo PCP e subscrita pelo PSD e pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PSD, BE, PCP, PAN e Ind. Vitor Teles Fernandes) e 9 abstenções (PS). -----

----- **Ponto 4 – Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei nº 6/2020, na sua atual redação, que estabelece o regime excepcional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença Covid-19;**-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que estava à espera do Executivo ter alguma coisa a dizer. Sabia que algumas coisas já foram ditas mas gostaria que a Senhora Presidente descrevesse aos Membros da Assembleia alguma informação e não tanto a ação desenvolvida pelo Executivo, que ouviram e saudava o trabalho realizado, mas fazer uma exposição breve sobre aquilo que foi a vivência da Freguesia, os números se houvesse e as realidades vivenciadas que pudessem ser transmitidas à Assembleia de Freguesia. -----

----- Era pela via da comunicação inter-órgãos que essa informação se prestava, certamente distinta daquela que se dava através dos boletins informativos que felizmente também chegavam e que agradecia. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que podia repetir tudo o que já tinha dito, mas não sabia o que podia dizer mais. -----

----- Se o Membro José Cal Gonçalves quisesse expor aquilo que gostaria de ver melhor explicado, então explicaria, mas não sabia o que haveria de explicar mais. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que eram alguns esclarecimentos no sentido de perceberem, enquanto Membros eleitos, as dificuldades que foram sentidas no terreno pelo Executivo no seu labor. Saber a relação institucional, nomeadamente com a Direção Geral de Saúde, com o Ministério da Saúde, com o Governo, com as outras instituições de saúde pública com intervenção na área da Freguesia, saber em que medida funcionou nesse patamar. -----

----- Também saber no que dizia respeito ao grupo local de proteção civil na interação com a proteção civil municipal e nacional, se era que tinha funcionado. -----

----- Ouvir a Senhora Presidente da Junta sobre, nessas circunstâncias e nesse tipo de questões, como via a participação da Assembleia de Freguesia e dos seus eleitos nessas matérias, porque os Membros eleitos ficaram um pouco às escuras durante esse período todo. Bem sabia que esse período não foi fácil e percebia que a prioridade foi o trabalho a realizar, mas os órgãos eleitos tinham que ter fluidez na informação e parecia-lhe que nessa matéria as coisas não funcionaram da melhor forma. -----

----- Não estava a fazer uma crítica velada, estava apenas a fazer uma sugestão, perspetivando que essa relação pudesse ser no futuro mais fluída e até mais colaborativa. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que as equipas tinham trabalhado catorze horas por dia e o enfoque era apoiar as pessoas que precisavam. Era uma situação em que tinha alguma experiência de terreno, uma vez que tinha criado uma associação de luta contra a SIDA. -----

----- Todos deviam estar contentes porque Arroios era a única Junta de Freguesia, no dia em que disseram da parte dos direitos sociais que havia vinte doentes sem casa para estar, articularam de imediato com a Câmara Municipal e com o Diretor do Hospital Curry Cabral, em três dias montou-se uma casa para doentes com Covid que não tinham onde estar. Foram dias muito violentos. -----

----- Estavam preocupados com as pessoas e com as situações. Tiveram as melhores relações com a Direção Geral de Saúde, com o Ministério, com os três hospitais. Também tiveram o cuidado na altura de fazer alguns apoios ao Hospital de São José e ao Hospital da Estefânia, inclusivamente distribuindo viseiras para esses hospitais. Também o cuidado de mimar, através de dois restaurantes da Freguesia, os médicos, enfermeiros e auxiliares, 150 pessoas de cada vez que estavam nas equipas no terreno nesses hospitais. -----

----- Tiveram aquela situação de dizerem que Arroios estava com problemas e foi um erro detetado pelo Senhor Secretário do Executivo, um erro do código postal. Imediatamente o Ministério da Saúde divulgou que era um erro da parte dos serviços oficiais, que tinha assustado bastante os fregueses. -----

----- Estavam no meio de uma pandemia e deviam ter algum respeito pelas pessoas a trabalhar, não devendo estar sempre a acicatar os gabinetes que estavam também empenhados vinte e quatro sobre vinte e quatro horas. -----

----- Havia as melhores relações e tiveram uma capacidade de emergência muito grande. Podia dizer que se tinha oferecido com a equipa, para quem o quisesse, ensinar como se montava uma casa em três dias para pessoas que precisavam de estar isoladas da sua família ou que não tinham condições nas suas casas. -----

----- Arroios estava muito bem vista nessas situações. Havia um filme feito pela RTP em que passaram pessoas do Bairro dos Olivais, do Bairro da Pena, do Bairro da Estrela, feito pela Cândida Pinto e que mostrava muito o trabalho. -----

----- Tinha a sua experiência própria nessa situação, uma filha com problemas de saúde e que esteve confinada dois meses. No seu próprio caso tinha-se confinado em casa, isolando-se dela para não lhe criar problemas. De momento estava a trabalhar e nos dias que não trabalhava também era voluntária. -----

----- Pedia desculpa se por lapso ou falta de tempo não se foi informando tudo, mas também houve alguns Membros da Assembleia que ajudaram e houve muita recolha de alimentos por parte de fregueses, de grupos associativos. Houve muita partilha e muita generosidade, muito empenhamento de toda a gente e também da população, que respeitou bastante essa situação, o que se agradecia. -----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos**, disse que queria apenas dar algumas notas no âmbito da proteção civil, porque o Membro José Cal Gonçalves também tinha focado isso. -----

----- Como podiam imaginar, era um desafio. Estava à espera de muita coisa mas não esperava um Covid. Passaria a enumerar algumas coisas que conseguiram planear e executar. -----

----- Houve a entrega de relatórios semanais à quinta-feira com a informação dos apoios sociais prestados aos fregueses. Também um relatório semanal ao Serviço Municipal de Proteção Civil de Lisboa, com medidas excecionais adotadas pela Junta de Freguesia para reduzir os riscos do contágio Covid 19. -----

----- Arroios era das poucas Freguesias de Lisboa que tinha uma pessoa alocada a tempo inteiro à proteção civil. Não se esperava a situação da pandemia mas por acaso calhou bem poderem contar com alguém 100% alocado a essa tarefa. -----

----- Houve campanhas de sensibilização nos mercados em cartazes com recomendações para clientes, isso ainda muito no início da pandemia, dizendo como os clientes se deviam proteger, como se deviam deslocar aos mercados, que medidas deveriam ter. Também uma distribuição de cartazes aos comerciantes com medidas adicionais e distribuição de cartazes autocolantes para os cafés, restaurantes, pastelarias afixarem à entrada da porta. -----

----- Podia dizer que no último mês tinha resolvido tudo o que era possível a nível de lojas, farmácias, pastelarias, cafés. Até a sex shops tinha ido distribuir cartazes e agradeceram bastante a amabilidade da Junta. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que pelo que foi dito o Executivo fez um ótimo trabalho em certas situações, mas preocupava-o também aquilo que se pensava fazer para o futuro. Estavam todos preocupados com a situação em Lisboa. -----

----- Na Resolução do Conselho de Ministros de 26 de junho foi declarada a situação de calamidade para a Freguesia de Santa Clara e para muitas Freguesias da Grande Lisboa. Face a esse panorama, em que a situação de Lisboa estava a complicar-se, gostava de saber o que estaria a ser concertado com os organismos oficiais sobre esse problema e qual a situação real na Freguesia, se estava estável ou a aumentar, o que o Executivo saberia sobre esses números. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a Junta estava a acompanhar. Arroios não era uma das Freguesias problemáticas mas tinham o cuidado de fechar o Monte Agudo às dezanove horas para não estarem lá duzentas pessoas a arrombarem as portas. Havia mais vigilância e o cuidado de fechar os jardins que se podiam fechar, o cuidado de trabalhar diariamente com a Polícia Municipal. -----

----- Dois meses antes Arroios estava numa situação mais complicada com os problemas que apareceram, mas no dia em que houvesse problemas em Arroios seria a primeira a receber uma informação da Direção Geral de Saúde e da Senhora Ministra da Saúde. Tinham essa promessa para todas as Freguesias, para estarem atentos e ver quem precisava de ajuda. -----

----- Se tivessem que montar casas para a situação de pandemia fariam, com o apoio da Câmara Municipal, até porque tinham situações pendentes na Freguesia em espaços que estavam fechados. -----

----- Quando apareceu a situação das pessoas em que tiveram de ocupar o hostel foi dito que tinham vinte pessoas só de Arroios, mas de Arroios passou pelo hostel uma pessoa, as outras foram todas de outras zonas da cidade, mas não se importavam com isso. Eram pessoas que precisavam de ajuda e eram hospitais que precisavam de ajuda, eram camas que tinham de libertar. Foi nesse sentido que estiveram dois meses e meio a apoiar com as equipas porque não era fácil as pessoas saberem como entrar nas casas, tendo que se mascarar todas. -----

----- A cidade era um todo e tinham trabalhado em conjunto as 24 Freguesias. Trabalhava todos os dias com Santo António, com a Estrela, com as Avenidas Novas, com todas. Tinham uma equipa de trabalho diária. Podia dizer que por exemplo ia buscar material que Alvalade ou a Estrela não precisavam. Era uma partilha uns com os outros e tinha sido muito importante. A Cidade de Lisboa era um todo e portanto, no dia em que acontecesse alguma coisa em Arroios, estariam informados com certeza. De momento estavam sem esse problema. -----

----- **Ponto 5 – Situação de pandemia da doença Covid-19 na Freguesia de Arroios (Lisboa). Prestação de informações, pelo órgão executivo ao órgão deliberativo, sobre as ações e diligências desenvolvidas pela Junta de Freguesia, entre o dia 16 de março de 2020 e o dia desta Assembleia de Freguesia;** -----

----- **Membro Maria Borges Leitão (PSD)** disse que queria um esclarecimento por parte da Senhora Presidente do Executivo. Não sabia se tinha ouvido mal ou se era mesmo assim e a pergunta era se as máscaras que a Junta de Freguesia estava a distribuir duravam cinquenta dias. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que eram laváveis e cada uma durava no mínimo vinte e cinco dias, as duas eram cinquenta dias. -----

----- **Ponto 6 – Análise, discussão e deliberações da Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa), sobre as questões referentes à pandemia da doença Covid-19 e a ação desenvolvida nesta Freguesia pela Junta de Freguesia de Arroios (Lisboa); -**

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou se além do ponto referente à ratificação dos donativos, se existiam outras deliberações que careciam de ratificação da Assembleia de Freguesia. Por exemplo se haveria o reforço do protocolo de emergência social entre a Câmara Municipal e a Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** perguntou se referia às deliberações que estavam inscritas na Lei...-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que não era da Lei 6/2020, essas estavam no ponto 4. O que perguntava era essas e outras que não estivessem incluídas nesse patamar e a carecer de ratificação da Assembleia de Freguesia, se o Executivo tinha conhecimento de algumas que necessitavam dessa ratificação. Não as apresentando na presente sessão, se as poderia enumerar para apresentar na próxima. ---

----- **A Senhora Presidente da Junta** respondeu que tivessem conhecimento não. No FES-Covid estavam à espera do documento da Câmara Municipal. -----

----- **Ponto 7 – Análise, discussão e deliberação sobre as ações e diligências judiciais, em curso, em trânsito e/ou já transitadas em julgado, referentes a matérias de interesse para a Freguesia de Arroios (Lisboa), nomeadamente, quanto ao cumprimento de obrigações legais e, bem assim, com reflexo no património desta autarquia:**-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que tinham conhecimento da existência de ações e outras intervenções no âmbito judicial e gostava que o Executivo, se fosse possível, desse conta desses mesmos procedimentos. -----

----- Por outro lado, na informação que foi dada em relação à intervenção do Tribunal de Contas, se os officios remetidos foram só a nível individual e pessoal ou se havia algum officio institucional à Junta de Freguesia. Saber também se as intervenções junto do Tribunal de Contas estariam a ser custeadas pela Junta de Freguesia ou a título individual. -----

----- Quanto ao processo crime que tiveram conhecimento no ano anterior, sobre alguns funcionários que deixaram de comparecer ao serviço, saber se esses colaboradores já voltaram ao serviço ou não e qual o ponto de situação desse procedimento judicial. Saber também se foram feitas algumas diligências junto do Ministério Público e vice-versa, se houve diligências do Ministério Público junto da Freguesia e se as mesmas foram efetivamente respondidas ou não.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que o processo de inquérito ainda estava em segredo de justiça, não tendo ainda transitado em julgado. Seriam informados do despacho do Ministério Público, que iria diretamente para a Senhora Presidente da Assembleia e que o divulgaria.-----

----- O processo contra a Junta anterior de São Jorge de Arroios, após consulta ao processo realizada na semana anterior foi possível apurar que a sentença ainda não tinha transitado em julgado, designadamente atendendo à suspensão dos prazos processuais por força da Lei excecional no âmbito Covid 19, estando a decorrer o prazo para recurso que terminaria brevemente. -----

----- Foi possível confirmar a situação de insolvência e de inexistência de património do ex Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios e assim a Junta encontrava-se em prazo de intentar ação indemnizatória. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que tinha ainda outra questão que se prendia com uma ação que teria sido participada pelo Executivo de Arroios quando tomou posse no primeiro mandato em relação à antiga Freguesia de São Jorge de

Arroios. Perguntou se essa também estava em segredo de justiça ou se havia alguma informação que tivessem recolhido mais recentemente sobre a mesma.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** respondeu que não tinham ainda informação nenhuma.-----

----- O primeiro processo era do ano 2008. Tinham entrado em 2013 e fizeram uma auditoria, após essa auditoria entregaram ao Ministério Público e ainda não sabiam nada, mas os processos demoravam em Portugal. O de 2008 tinha sido agora julgado e demorou onze anos, se o de 2014/2015 demorasse onze anos já não estaria como Presidente, com certeza seria para 2025.-----

----- **Ponto 8 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Consulta Pública e do Projeto de Código de Conduta;**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não tinha havido nenhuma alteração na consulta pública. Era a minuta da ANAFRE.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que havia uma alteração a fazer, de Assembleia de Freguesia de Arroios de 25 de junho para 30 de junho.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Relatório de Consulta Pública e do Projeto de Código de Conduta**, com a alteração indicada, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, BE e Ind. Vitor Teles Fernandes) e 7 abstenções (PSD, PCP e PAN).-----

----- **Ponto 9 – Análise, discussão e deliberação de ratificação da adenda ao Contrato de Delegação de Competências nº 5/UCT/DRJF/2019;**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a adenda tinha sido efetuada pela Câmara Municipal, que pediu para ratificar os valores, passar para 2021 porque havia algum incumprimento de algumas Freguesias, que não Arroios.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou o que iriam ratificar concretamente em relação à Freguesia de Arroios.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que era um acordo global para todas as Freguesias, mas não havia problema nenhum com a Freguesia de Arroios.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que não era um problema com a Freguesia de Arroios mas a questão era se haveria acréscimo de montantes para a Freguesia de Arroios em relação aos CDCs anteriores.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** explicou que eram os mesmos valores, 3.100.000 euros no total. Era só a dilatação do prazo.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinha sido ratificado em Assembleia extraordinária de maio de 2019 um montante de 3.100.000 para a Freguesia de Arroios. Na altura era dividido em quatro anos, cerca de 815.000 euros. O montante era o mesmo mas a pergunta era o que se iria receber em 2020 e em 2021-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que era só uma dilatação no tempo para todas as Juntas, era até 2020 e ficou até 2021. Tinham que ter 60% do trabalho feito e até ao final de 2020 e Arroios tinha mais.-----

----- Agradeceu à equipa do espaço público. Não havia nada pendente, estavam a trabalhar dentro do tempo.-----

----- Podia dizer que as travessias, delegação de competências de 2019, segunda fase de acessibilidades, Largo de Santa Bárbara, Rua Maria da Fonte, Rua Andrade, Calçada de Santana, Rua do Arco da Graça, Rua de São Lázaro, concurso público, início de empreitada em 14 de abril de 2020 e fim de empreitada previsto para o dia 30 de julho.-

----- Escadaria da Travessa João Vaz, Rua Ponta Delgada, Calçada de Arroios. Rua de Açores, tinha um projeto em execução, a empreitada começava no dia seguinte e estava prevista a sua conclusão no dia 25 de setembro.-----

----- Pavimento da Cesário Verde, o projeto tinha início no dia 6 de julho e a previsão de conclusão no dia 30 de setembro.-----

----- Escadaria de Nossa Senhora do Resgate, do Beco de São Luis da Pena, início de empreitada 6 de julho, previsão, e conclusão a 30 de setembro, previsão.-----

----- As ruas de pronunciada inclinação, Rua Damasceno Monteiro, Jacinta Marto, Rua Carlos José Barreiros, Rua Heróis de Quionga, Calçada Moinho de Vento, Rua Marques da Silva, início de empreitada previsto para dia 6 de julho e fim a 30 de outubro.-----

----- Os cruzamentos da Rua de Macau, Rua Andrade, Rua Forno Tijolo e Rua de Moçambique, empreitada começou no dia 20 de abril, estava prevista até 17 de julho e acabou no próprio dia da Assembleia, 30 de junho.-----

----- Requalificação do centro logístico Braancamp Freire, Campo Mártires da Pátria Sul, ATL de apoio às crianças, início da empreitada com previsão em outubro e conclusão em março de 2021.-----

----- Rua Maria da Fonte, início de empreitada em outubro de 2020 e conclusão em 2021.-----

----- Rua Cruz da Carreira, início da empreitada em outubro de 2020 e previsão de conclusão em janeiro de 2021.-----

----- Campo Mártires da Pátria Norte, início da empreitada em outubro de 2020 e conclusão em janeiro de 2021.-----

----- Praça Olegário Mariano, início da empreitada em outubro de 2020 e conclusão em janeiro de 2021.-----

----- Remodelação do posto de limpeza da Aquiles Monteverde começou no dia 11 de maio e estava previsto acabar em novembro de 2020.-----

----- Disse que foram treze projetos de execução com nove entidades diferentes.-----

----- Havia reuniões de quinze em quinze dias com a CML. Não havia nenhum projeto que pudesse começar sem o ok da Câmara Municipal.-----

----- Tinham o projeto de requalificação da piscina de Arroios, construção de passadiços e ascensor vertical, procedimento de empreitada de concurso público, início de empreitada previsto para julho de 2020 e para acabar em novembro de 2020.-----

----- Esses contratos todos assinados até 30 de junho davam um valor de 2.297.639,31 euros. Os contratos estavam todos vistos com as entidades e a quem quisesse mais informação podia-se enviar.-----

----- Estava mais de 60% do trabalho efetuado, com uma carta de agradecimento da Câmara Municipal por essa situação. Eram das Juntas que tinham esse trabalho praticamente todo efetuado, começaram um ano atrás e não pararam, não desistiram.--

----- Ultimamente tinha estado em reuniões com o Doutor Miguel Soares, que representava a Câmara Municipal, e eles agradeciam todas as situações.-----

----- A Junta tinha a documentação toda, cópia das faturas todas, mandava tudo a essas entidades e todo o trabalho estava aprovado pela CML. Era tudo em concursos públicos.

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que não se tinha feito menção a um projeto anunciado numa Assembleia anterior e que era a requalificação do Largo do Mitelo e Passos da Rainha. Perguntou se não estava englobado nesse protocolo.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** explicou que esse projeto era mesmo feito pela Câmara Municipal. A CML iria fazer a recuperação toda, era uma obra muito grande que se inseria no programa “Uma Praça em Cada Bairro”.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que segundo entendera em 2020 via-se um montante de 2.297.639,31 e o restante em 2021. Perguntou se era assim.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que os contratos assinados a 30 de junho, já tudo aprovado, davam 2.297.639,31.-----

----- Havia algumas situações que estavam a ser revistas e se sobrassem verbas seriam integradas noutros projetos em acordo com a Câmara Municipal. Nenhum dinheiro seria devolvido.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ratificação da adenda ao Contrato de Delegação de Competências nº 5/UCT/DRJF/2019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **Ponto 10 – Análise, discussão e deliberação da constituição de júris de procedimento concursal para provimento de cargos de direção intermédia de 2º grau: Divisão Administrativa e Financeira, Divisão Espaço Público, Divisão de Intervenção Social, Divisão de Ambiente Urbano;**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que eram os quatro concursos para chefe de divisão. O júri dos concursos eram pessoas da Câmara Municipal que tinham a ver com as áreas, o Doutor José Contreiras, Comandante Tiago Lopes, Paulo Santos, Filipa Penedos. Teve a aprovação do Senhor Vice-Presidente.-----

----- Tiveram que pedir autorização para que essas pessoas participassem e receberam um e-mail a dizer que foi autorizado pelo Senhor Presidente da CML. Não se podia lançar o concurso antes da aprovação da Assembleia de Freguesia.-----

----- Parecia-lhe que as pessoas eram competentes e só depois da aprovação da Assembleia de Freguesia poderiam lançar o concurso.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que aparentemente poderia nada haver para falar, visto que isso tinha a ver com a votação de um júri para um procedimento concursal de dirigentes superiores, mas estava à apreciação e votação do júri. Para apreciação do júri não sabia quem eram e o que devia ser apreciado eram as competências técnicas, fundamentando com o seu currículo, o qual devia fazer parte da proposta para terem uma informação adequada para poderem apreciar se essas pessoas seriam capazes e tinham competências para fazer parte de um júri.-----

----- A proposta não estava com qualquer fundamento curricular, não sabiam exatamente qual era a competência técnica das pessoas que ali estavam mencionadas.---

----- Eram duas razões que faziam com que o voto fosse de abstenção. Se reparassem, eram quatro pessoas e todas elas alternavam as suas posições no júri na conformidade com as divisões. No espaço público e ambiente urbano ainda considerasse aceitável mas para a divisão de Intervenção social e para a divisão Administrativa e Financeira tinha dúvidas...-----

----- Não queria pôr em questão as pessoas, não as conhecia, mas parecia haver uma lacuna para fazer jus à apreciação de todo o currículo que permitisse alterar o sentido de voto. Perante isso, o voto seria de abstenção.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou se o Executivo tinha possibilidade de distribuir o currículo dos membros do júri que estavam apresentados.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não tinha consigo mas podia explicar:--

----- O Doutor João Contreiras era o Diretor Municipal de Recursos Humanos da CML; O Comandante Tiago Lopes era o comandante do RSB; O Doutor Paulo Santos era o chefe da equipa de missão e intervenção social da CML na área dos sem-abrigo e foi chefe de divisão na parte dos direitos sociais; A Doutora Filipa Penedos era diretora do serviço municipal de higiene urbana da CML.-----

----- Eram manifestamente competentes e a maior parte das pessoas até trabalhava na Câmara.-----

----- Nesse procedimento o júri tinha que ser externo e por isso havia essa forma de fazer o concurso. Era uma questão urgente mas depois podia mandar os currículos de cada um para saberem quem era quem e quais as suas competências.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que não tinha conseguido ouvir a explicação da Senhora Presidente.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Constituição de júris de procedimento concursal para provimento de cargos de direção intermédia de 2º grau: Divisão Administrativa e Financeira, Divisão Espaço Público, Divisão de Intervenção Social, Divisão de Ambiente Urbano**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, BE e Ind. Vitor Teles Fernandes) e 6 abstenções (PSD, PCP e PAN).

----- **Ponto 11 – Apreciação da informação da Junta de Freguesia sobre os donativos propostos e deliberação da Assembleia de Freguesia sobre a sua aceitação;**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que os Membros da Assembleia tinham a lista dos donativos, quem tinha dado dinheiro, alimentos.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** sugeriu que de futuro os donativos fossem quantificados. Quando se apreciava um donativo ele devia estar mensurado em espécie monetária e nem todos estavam.-----

----- Percebia a situação de ser o período da pandemia, mas na apreciação de donativos devia estar sempre feita a especificação do quantitativo. Se algum dia surgisse uma dúvida quanto ao valor, o procedimento que a Lei indicava era que o valor fosse certificado pelo Revisor Oficial de Contas ao serviço da certificação legal das contas.---

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que a lista da relação das entidades doadoras e as respetivas doações não estava elaborada de forma organizada, com bens doados não identificados e não quantificados, assim como parecia haver omissão de algumas entidades doadoras e respetivos bens.-----

----- Os bens doados representavam um valor muito significativo, carecendo de uma correta informação ao nível da recolha e da sua distribuição. A relação pecava por estar mal organizada e não quantificada.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que quem fez a lista dos donativos foi a equipa da ação social. Só via que faltasse um, o andebol do Camões.-----

----- As pessoas não quiseram documentação nenhuma do donativo que fizeram em géneros e descreveu-se quem deu em dinheiro, que foram 9.400 euros. Tinham alguns que estavam a passar declarações, mas por exemplo a Ordem dos Farmacêuticos deu dois termómetros e não quis nada, assim como outros que deram em géneros.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que a ratificação pela Assembleia era de todos os donativos, mesmo aqueles que tivessem a indicação de doador não identificado. Não eram só aqueles a quem se passava a declaração. Alguns beneficiavam do estatuto de benefício fiscal pela doação e outros não pretendiam beneficiar desse estatuto, mas a Lei dizia as doações feitas ao Executivo e portanto eram todas as doações, independentemente de haver ou não declaração.-----

----- Percebia-se que isso era elaborado num período difícil, mas deixava essa nota para de futuro poderem aperfeiçoar a situação.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que iriam aperfeiçoar mas por exemplo estava uma pessoa que deu peru e frango. Quando davam esses valores não tinham nenhum documento, davam só o material, mas haveria mais cuidado.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Informação da Junta de Freguesia sobre os donativos propostos e deliberação da Assembleia de Freguesia sobre a sua aceitação**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- **Ponto 12 – Análise, discussão e deliberação de ratificação dos Acordos de Execução – Componente de Apoio à Família e Atividades de Animação;**-----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos**, disse que à semelhança do que aconteceu em anos anteriores o assunto era em tudo similar, o CDC do acordo de execução com a CML com vista à realização das CAFs.-----

----- Recebiam em três tranches, conforme o documento que foi remetido, totalizando cerca de 76.000 euros.-----

----- Ficava a Junta encarregue, entre outras coisas, de assegurar os recursos humanos para a realização dessa atividade, visto que a Câmara não tinha recursos próprios para o efeito.-----

----- **Membro Maria Lúcia Borges Leitão (PSD)** perguntou se para esses CAFs contavam com a cooperação de IPSSs da Freguesia.-----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos**, respondeu que não. O protocolo que tinham era apenas com o Lisboa Ginásio Clube.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse iria votar a favor mas, se reparassem, o período de vigência dos contratos era a partir de 1 de setembro de 2019 até 31 de agosto de 2020, assim como o do Lisboa Ginásio. Talvez pudesse ter chegado antes à deliberação da Assembleia.-----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos**, explicou que receberam por parte da Câmara Municipal no dia 4 de fevereiro mas entretanto não se realizaram Assembleias de Freguesia. Era o motivo porque não apresentaram esse ponto antes. Tinha havido um pequeno atraso da parte da Câmara e estava-se a apresentar o ponto o mais célere possível.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ratificação dos Acordos de Execução – Componente de Apoio à Família e Atividades de Animação**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta relativa à presente reunião**, depois de lida, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** congratulou-se pela forma como decorreu a sessão. Agradeceu ao Executivo os esclarecimentos prestados e à Mesa a amabilidade que teve na condução dos trabalhos. Agradeceu também a todos os trabalhadores que tornaram possível a sessão, apesar de algumas dificuldades sentidas.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que também queria agradecer a condução dos trabalhos pela Mesa e a todos os trabalhadores.-----

----- Desejou umas boas férias a todos os Membros presentes e que tudo corresse pelo melhor aos Membros, às famílias e aos moradores da Freguesia.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** desejou a todos umas boas férias e agradeceu o apoio prestado à realização da Assembleia, que correu bastante bem tendo em conta os percalços técnicos que aconteceram. Agradeceu também aos Membros da

Mesa que coadjuvaram e o apoio do secretariado sempre muito atento, assim como ao Executivo pela resposta às questões colocadas. -----

----- Não eram tempos fáceis mas todos tinham que estar à altura e de preferência com elevação para os desafios, porque a pandemia não parecia dar sinais de abrandar e não se esperavam tempos fáceis. -----

----- Esgotada que estava a ordem de trabalhos deu por encerrada a sessão, eram vinte e três horas e cinquenta minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1.º SECRETÁRIO Pedro Dias Louro 2.º SECRETÁRIO Artur Bacinho -----

----- PRESIDENTE -----

Marta Henriques